

## CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

9ª Sessão Ordinária de 2022

**(Publicada no DECNMP, Caderno Processual, de 07/06/2022, págs. 1/23)**

Dia: 14/06/2022

Hora: 09:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – SAF Sul, Quadra 2, Lote 3  
Brasília-DF

### PAUTA DESTA SESSÃO

#### PARTE I

- 1) Aprovação da Ata da 8ª Sessão Ordinária de 2022 (24/05/2022).

#### PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

##### Processos com Pedidos de Vista

##### Pedido de Vista na 3ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020 (05/05/2020)

- 1) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00155/2019-81

Requerente: Sigiloso

Requerido: Ministério Público do Estado do Acre

Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Número de servidores comissionados desproporcional ao número de servidores efetivos. Irregularidades nas nomeações. Desrespeito a princípios constitucionais.

Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves

Origem: Acre

Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

##### Pedido de Vista na 4ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020 (12/05/2020)

- 2) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00700/2019-01

Requerente: Sigiloso

Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí

Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Irregularidades. Criação de diversos cargos em comissão. Prejuízo aos aprovados em concurso público para provimento de cargos de Técnico e Analista Ministerial.

Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Origem: Piauí

Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 6ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020 – Continuação (16/06/2020)

- 3) Pedido de Providências nº 1.00312/2018-13  
Requerente: Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Estado do Amapá  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Determinação de acesso aos autos do Procedimento Investigatório nº 0000013-71.2016.9.04.0000 aos advogados devidamente constituídos. Desrespeito a Súmula Vinculante nº 14 do Supremo Tribunal Federal. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves  
Origem: Amapá  
Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto
- 4) Proposição nº 1.00448/2018-14  
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo  
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Possibilidade de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta no âmbito do Ministério Público brasileiro, no exercício do poder disciplinar.  
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima

Pedido de Vista na 13ª Sessão Ordinária de 2020 (08/09/2020)

- 5) Consulta nº 1.00838/2018-11  
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Interessados: Anísio Marinho Neto; Associação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte – AMPERN; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação dos Delegados de Polícia do Brasil – ADEPOL  
Advogado: George Melão – OAB/SP nº 384.804  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Consulta. Exigibilidade de instauração de Procedimento Investigatório Criminal. Interesse do membro em realizar investigação direta nos autos do inquérito policial.  
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves  
Origem: Rio Grande do Norte  
Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 5ª Sessão Ordinária de 2021 (13/04/2021)

- 6) Pedido de Providências nº 1.00448/2020-75  
Requerente: Misael Silva Nogueira  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Irregularidades. Pagamento de subsídios de membros. Valores acima do teto constitucional. Vedação ao recebimento de vantagens e auxílios ao subsídio.  
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Amapá  
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 6ª Sessão Ordinária de 2021 (27/04/2021)

- 7) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01045/2020-99 (Embargos de Declaração)  
Embargantes: Ministério Público do Estado da Paraíba; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP  
Embargado: Ministério Público do Trabalho  
Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Denúncia anônima relativa à suposta prática de “assédio moral por sobrecarga de trabalho” em face de servidores estatutários do Poder Judiciário estadual. Alegação de invasão de atribuições por parte do Parquet laboral. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves  
Origem: Paraíba  
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 9ª Sessão Ordinária de 2021 (08/06/2021)

- 8) Proposição nº 1.00415/2021-60  
Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza  
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público brasileiro, e dá outras providências.  
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Pedido de Vista na 1ª Sessão Extraordinária do Plenário Virtual de 2021 (14/07/2021)

- 9) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00447/2017-70 (Recurso Interno)
- Recorrente: Fábio George Cruz da Nóbrega  
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Resolução n.º 078/2017 – PGJ/RN. Regulamentação da conversão em pecúnia de férias e licenças-prêmio não gozadas por necessidade do serviço. Necessidade de serviço. Presunção. Arguição de nulidade da referida Resolução. Pedido de liminar.
- Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Rio Grande do Norte  
Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 11ª Sessão Ordinária de 2021 (10/08/2021)

- 10) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00645/2020-85
- Requerente: Vanessa Fernandes Queiroga Pita  
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas  
Objeto: Ministério Público do Estado de Alagoas. Concurso público para provimento de cargos. Analista do Ministério Público, área de Comunicação Social. Manutenção de servidores em cargos comissionados. Prejuízos à nomeação dos candidatos aprovados.
- Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Alagoas  
Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 13ª Sessão Ordinária de 2021 (13/09/2021 e 14/09/2021)

- 11) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00214/2020-46
- Requerente: Estado da Bahia  
Advogado: Ruy Sergio Deiro da Paixão – OAB/BA nº 8130  
Requerido: Milane de Vasconcelos Caldeira Tavares  
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA nº 11.024  
Interessado: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Disseminação de coronavírus (COVID-19). Recomendação 003/2020 emitida pela 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso. Contrariedade às recomendações expedidas pela Organização Mundial da Saúde e ao regular funcionamento do Poder Executivo.
- Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro  
Origem: Bahia  
Vista: Cons. Moacyr Rey Filho

Pedido de Vista na 1ª Sessão Ordinária de 2022 (08/02/2022)

12) Reclamação Disciplinar nº 1.01326/2021-50

Requerente: José Antonio dos Santos Medeiros  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso;  
Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.  
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Mato Grosso  
Vista: Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Pedidos de Vista na 2ª Sessão Ordinária de 2022 (22/02/2022)

13) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01378/2021-90

Requerente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil  
Requerido: Ministério Público Federal  
Objeto: Ministério Público Federal. Orientação nº 12, da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão. Retroatividade da lei sancionatória mais benéfica aos acusados. Prescrição intercorrente. Prazo máximo de conclusão de inquérito civil público para apuração de atos de improbidade administrativa. Alegação de violação à autonomia dos órgãos oficiantes. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Cons. Engels Augusto Muniz

14) Conflito de Atribuições nº 1.00051/2022-72

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul  
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição. Protocolo MP n.º 02.2021.00071161-0. Ação Penal n.º 0002735-19.2018.8.24.0038. Execução de pena de multa oriunda de sentença condenatória proferida pela 2ª Vara Criminal da Comarca de Joinville/SC.  
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: Santa Catarina  
Vista: Cons. Daniel Carnio Costa

15) Conflito de Atribuições nº 1.00053/2022-80

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul  
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição. Protocolo MP nº 02.2021.00071144-3. Ação Penal nº 0002735-19.2018.8.24.0038. Execução de pena de multa oriunda de sentença condenatória proferida pela 2ª Vara Criminal da Comarca de Joinville/SC.  
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: Santa Catarina  
Vista: Cons. Daniel Carnio Costa

Pedido de Vista na 3ª Sessão Ordinária de 2022 (15/03/2022)

16) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00383/2019-89 (Embargos de Declaração)

Embargantes: Fernanda Alitta Moreira da Costa; Roberto Portela Mildner  
Advogados: Fábio Medina Osório – OAB/RS nº 64975; Eduardo Silva Toledo – OAB/DF nº 44.181  
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Objeto: Membros do Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio Grande do Sul. Prática de assédio moral contra servidores, estagiários e funcionários terceirizados. Procuradoria do Trabalho do Município de Santo Ângelo. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00773/2018-96. Portaria CNMP-CN nº 46/2019.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Engels Augusto Muniz

Pedidos de Vista na 6ª Sessão Ordinária de 2022 (26/04/2022)

17) Reclamação Disciplinar nº 1.00946/2020-45 (Recurso Interno)

Recorrente: Gamil Foppel El Hireche  
Advogado: Yuri Rangel Sales Feliciano – OAB/BA nº 61.926  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado da Bahia.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Bahia  
Vista: Cons. Engels Augusto Muniz

- 18) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01094/2021-58  
Requerente: Cristiano Zanin Martins  
Requerido: Corregedoria do Ministério Público Federal  
Interessado: Membro do Ministério Público Federal  
Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF n.º 20.800; Andre Fonseca Roller – OAB/DF n.º 20.742  
Objeto: Ministério Público Federal. Revisão de Processo Disciplinar. Expediente PGR-00020423/2021. Decisão definitiva proferida pela Corregedoria Geral do Ministério Público Federal, que determinou o arquivamento da representação.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Cons. Daniel Carnio Costa

Pedidos de Vista na 7ª Sessão Ordinária de 2022 (10/05/2022)

- 19) Pedido de Providências nº 1.00965/2020-80  
Requerente: Ademir Antonio Brunetto  
Advogado: Helio Nishiyama – OAB/MT n.º 12.919  
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Indeferimento de pedido de cópia de inquérito civil. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Mato Grosso  
Vista: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
- 20) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00347/2022-66  
Requerente: Associação do Ministério Público do Estado do Pará  
Advogados: Clauber Hudson Cardoso Duarte – OAB/PA n.º 23.621; Daniel Konstadinidis – OAB/PA n.º 9.167; Thiago Carvalhaes Peres – OAB/PA n.º 21.233  
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará  
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Desconstituição de ato da Corregedoria-Geral. Determinação para que a Corregedoria Geral se abstenha de realizar controle prévio dos objetivos lançados nos planos de atuação dos membros. Ausência de competência administrativa para o ato e violação ao princípio institucional de independência funcional. Resolução n.º 007/2016-CPJ-MPPA. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Pará  
Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedidos de Vista na 8ª Sessão Ordinária de 2022 (24/05/2022)

- 21) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01100/2017-27  
Requerente: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão  
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Nota Técnica n.º 11/2017/PCDF/MPF. Proteção à criança e ao adolescente. Atuação dos Ministérios Públicos estaduais.  
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
- 22) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01105/2017-03  
Requerentes: Anna Maria Amarante Brancio; Marya Olimpia Ribeiro Pacheco; Renato Barão Varalda  
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão  
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama  
Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições entre a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Justiça Estadual. Edição de Nota Técnica n.º 11/2017/PFDC/MPF. Matéria da infância e juventude.  
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Processos com pedido de vista regimental cancelado em razão de fim de mandato

- 23) Proposição nº 1.00328/2018-90  
Requerente: Orlando Rochadel Moreira  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Dispõe sobre a impossibilidade de servidor ou membro do Ministério Público requerer a aposentadoria voluntária no curso de processo punitivo disciplinar.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Distrito Federal
- 24) Proposição nº 1.00509/2018-25  
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Emenda Regimental. Acréscimo do inciso XX ao art. 5º, do RICNMP. Competência do Plenário para afastar, por inconstitucionalidade, e observada a maioria absoluta de seus membros, a aplicação de Lei aproveitada como base de ato administrativo objeto de controle.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Distrito Federal

- 25) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00520/2018-21 (Recurso Interno)  
Recorrente: Germano Cardoso Sociedade Individual de Advocacia  
Recorrido: Ministério Público do Estado do Maranhão  
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Representação junto ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão. Alegação de que a contratação de escritório de advocacia por inexigibilidade de licitação é ilegal e lesiva ao patrimônio público. Descumprimento da Recomendação CNMP nº 36/2016. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Maranhão
- 26) Proposição nº 1.00891/2018-03  
Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva  
Interessado: Associação Brasileira dos Advogados Previdenciários  
Advogado: Donne Pisco – OAB/DF n.º 22.812  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Não intervenção do Ministério Público em contratos particulares firmados entre advogados e seus constituintes. Ausência de interesse de incapazes, interesse público ou social.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Distrito Federal
- 27) Proposição nº 1.00461/2019-18  
Requerente: Lauro Machado Nogueira  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamento de cursos oficiais para ingresso, formação inicial e vitaliciamento de membros do Ministério Público.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Distrito Federal
- 28) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00635/2019-70 (Recurso Interno)  
Recorrente: Margaret Matos de Carvalho  
Advogados: Rudi Meira Cassel – OAB/DF n.º 22.256; Jean Paulo Ruzzarin – OAB/DF n.º 21006; Araceli Alves Rodrigues – OAB/DF n.º 26720; Marcos Joel dos Santos – OAB/DF n.º 21203; Pedro Henrique Fernandes Rodrigues – OAB/DF n.º 42.804  
Recorrido: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Objeto: Membro do Ministério Público do Trabalho. Reclamação Disciplinar n.º 1.00319/2019-99. Manifestação em rede social. Conteúdo ofensivo ao Presidente da Câmara dos Deputados.  
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves  
Origem: Distrito Federal

- 29) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00158/2020-03 (Processo Sigiloso)  
Requerente: Jaime Romaquelli  
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Controle do Ato nº 256/2019-PGJ. Suspensão da nomeação de Promotores para atuação na esfera judicial, através do GAECO. Proibição de atuação de membros do GAECO na fase Judicial desacompanhados do Promotor Natural. Determinação para criação de Promotorias Criminais com atribuições ao crime organizado, para atuação perante o Órgão Judicial. Pedido Liminar.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Mato Grosso
- 30) Proposição nº 1.00322/2020-19  
Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamentação do Regime de Plantão nos fins de semana, feriados, período noturno e em dias de ponto facultativo, no âmbito do CNMP.  
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves  
Origem: Distrito Federal
- 31) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00751/2020-40  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Interessado: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Objeto: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Abuso do direito de petição. Promoção de representação disciplinar temerária em face de membro da Advocacia Geral da União. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00310/2020-67. Portaria CNMP-CN nº 48/2020.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal

#### Processos Remanescentes

#### Incluído na Pauta da 18ª Sessão Ordinária de 2019 (26/11/2019)

- 32) Proposição nº 1.01065/2017-37  
Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Atuação dos membros do Ministério Público na responsabilização civil e penal de advogados públicos ou privados emissores de pareceres técnicos.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 6ª Sessão Ordinária de 2021 (27/04/2021)

33) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00216/2020-53

Requerente: Maria Elda Fernandes Melo  
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Suspensão do pagamento da diferença entre o subsídio do cargo de Procurador de Justiça e do cargo de Promotor de Justiça que estejam exercendo cargos em comissão ou função de confiança na Administração Superior. Anulação da Portaria nº 98/2019/PJ. Cumprimento da Resolução CNMP nº 09/2016. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 10ª Sessão Ordinária de 2021 (22/06/2021)

34) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00313/2018-77

Requerente: Associação Paraibana da Advocacia Municipalista  
Advogado: Marco Aurelio de Medeiros Villar – OAB/PB n.º 12.902  
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba  
Interessados: Associação Nacional dos Procuradores Municipais; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Paraíba; Federação de Associações de Municípios da Paraíba; Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional da Paraíba  
Advogados: Aristides Junqueira Alvarenga – OAB/DF n.º 12.500; Juliana Moura Alvarenga Dilascio – OAB/DF n.º 20.522; Oswaldo Pinheiro Ribeiro Junior – OAB/DF n.º 16.275; Rafael Barbosa de Castilho – OAB/DF n.º 19.979; Carlisson Djanylo da Fonseca – OAB/PB n.º 12.828  
Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Controle. Recomendações para rescisões de contratos de prestação de serviços jurídicos firmados entre sociedades de advogados e Prefeituras. Desrespeito à Recomendação CNMP nº 36/2016. Determinação para não instauração de inquéritos e/ou Ações Cíveis Públicas por haver contratos firmados entre advogados e Municípios.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Paraíba

Incluído na Pauta da 15ª Sessão Ordinária de 2021 (18/10/2021 e 19/10/2021)

35) Proposição nº 1.01226/2021-14

Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de emenda regimental. Alteração do §6º, do art. 7º, e faz acréscimos ao art. 59, do RICNMP.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 1ª Sessão Ordinária de 2022 (08/02/2022)

36) Proposição nº 1.00540/2018-10

Requerente: Valter Shuenquener de Araújo

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Inclusão do § 5º ao art. 1º da Resolução CNMP nº 179/2017. Necessidade de aquiescência da pessoa jurídica interessada na hipótese específica de termo de ajustamento de conduta relativo a ato de improbidade administrativa.

Relator: Cons. Daniel Carnio Costa

Origem: Distrito Federal

37) Pedido de Providências nº 1.00518/2019-06

Requerente: Nilo & Almeida Advogados Associados

Advogado: Edvaldo Nilo de Almeida – OAB/DF nº 29502

Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Contrato administrativo firmado entre Município de Barbacena e escritório advocatício. Propositura de ação visando à indenização advinda dos royalties de petróleo e gás natural. Recomendação expedida por representante ministerial. Rescisão de contrato. Alegação de ausência de contraditório, ampla defesa e outras irregularidades. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Origem: Minas Gerais

38) Proposição nº 1.00952/2020-75

Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Inclusão do §8º ao art. 23, da Resolução CNMP nº 156/2016. Política de Segurança Institucional. Lapsos temporais.

Relator: Cons. Daniel Carnio Costa

Origem: Distrito Federal

39) Proposição nº 1.00271/2021-42

Requerente: Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Dispõe sobre regras gerais regulamentares para concursos de ingresso na carreira do Ministério Público Brasileiro, consolidando as Resoluções nº 14/2006; nº 24/2007; nº 40/2009; nº 57/2010; nº 118/2014; nº 141/2016; nº 170/2017; nº 188/2018; nº 203/2019; nº 206/2019 e a Resolução nº 219/2020; o Enunciado nº 11/2016; e as Súmulas nº 4 e nº 5, de 2018; nº 6 e nº 7, de 2018, e nº 10 de 2018, e incluindo dispositivos com teor extraído das Recomendações nº 12/2009, nº 25/2014 e nº 40/2016 e sugerido na Proposta de Resolução nº 1.01141/2018-59.

Relator: Cons. Daniel Carnio Costa

Origem: Distrito Federal

40) Conflito de Atribuições nº 1.00681/2021-39

Requerente: Procuradoria da República – Mato Grosso

Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso. Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.001361/2020-70. Apuração de possíveis atos de improbidade administrativa na administração dos recursos federais destinados à Secretaria Estadual de Educação para o Programa de Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica – PNAE.

Relator: Cons. Engels Augusto Muniz

Origem: Mato Grosso

41) Consulta nº 1.01152/2021-06

Recorrente: Luciano Franca da Silveira Junior

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Consulta. Possibilidade de inscrição do membro do Ministério Público em algum conselho profissional que não seja a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. Exercício profissional concomitante e privado, desde que haja compatibilidade de horário.

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 2ª Sessão Ordinária de 2022 (22/02/2022)

42) Proposição nº 1.01227/2021-78

Requerente: Sandra Krieger Gonçalves

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição da Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Ministério Público e dispõe sobre a criação e manutenção, no âmbito do CNMP, de repositório online com dados de mulheres juristas brasileiras com expertise em diferentes áreas do Direito e que atuem em todas as áreas jurídicas – magistratura, Ministério Público, advocacia privada ou estatal, acadêmicas e servidoras públicas.

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 3ª Sessão Ordinária de 2022

43) Reclamação Disciplinar nº 1.00711/2020-62 (Recurso Interno)

Recorrente: Novo Porto Terminais Portuários Multicargas e Logística Ltda.

Advogado: Cesar Lourenço Soares Neto – OAB/PR n.º 29201

Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado do Paraná

Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado do Paraná.

Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Origem: Paraná

44) Proposição nº 1.00171/2022-05

Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Enunciado. Uniformização do julgamento de Conflitos de Atribuição que digam respeito a instituições de ensino superior (a) caso a demanda verse sobre questões privadas relacionadas ao contrato de prestação de serviços firmado entre a instituição de ensino superior e o aluno, tais como inadimplemento de mensalidade, cobrança de taxas, desde que não se trate de mandado de segurança, e, (b) em caso de mandado de segurança ou de registro de diploma perante o órgão público competente ou mesmo credenciamento da entidade perante o Ministério da Educação (MEC).

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 4ª Sessão Ordinária de 2022 (29/03/2022)

45) Reclamação Disciplinar nº 1.00844/2020-00 (Processo Sigiloso)

Requerente: Sigiloso  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Advogado: Marcelo Ramos Peregrino Ferreira – OAB/SC n.º 12309  
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Santa Catarina;  
Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.  
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Origem: Santa Catarina

Incluídos na Pauta da 5ª Sessão Ordinária de 2022 (19/04/2022)

46) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00474/2019-23

Requerente: Maria Elda Fernandes Melo  
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Anulação de artigos da Portaria nº 98/PGJ/2019, bem como de termos dos anexos das Portarias nº 210/PGJ, nº 314/PGJ, nº 397/PGJ e nº 482/PGJ. Designações de membro para officiar perante Promotorias de Apoio Operacional. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal

47) Reclamação Disciplinar nº 1.00555/2019-23 (Recurso Interno)

Recorrente: Luiz Paulo Teixeira Ferreira  
Advogada: Desiree Gonçalves de Sousa – OAB/DF n.º 51483  
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Paraná

48) Pedido de Providências nº 1.00644/2021-11

Requerente: Weslei Machado Alves  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Ausência de controle do cumprimento do dever de residência na comarca e do dever de cumprimento do expediente ministerial no local em que sediada a Promotoria de Justiça ou da Procuradoria de Justiça.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Amazonas

- 49) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01185/2021-00  
Requerente: Associação do Ministério Público do Estado do Pará  
Advogado: Daniel Konstadinidis – OAB/PA n.º 9.167  
Requeridos: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Pará  
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Corregedoria Geral. Publicação de nome de membros e a descrição fática nas portarias de instauração de procedimentos administrativos disciplinares. Ausência de sigilo. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Pará
- 50) Proposição nº 1.01225/2021-60  
Requerente: Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Implementação de projetos de ressocialização do agressor contra a mulher e da capacitação de equipe técnica para aplicação do projeto pelo Ministério Público no âmbito das instituições públicas.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Distrito Federal
- 51) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho nº 1.01291/2021-68  
Requerente: Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas  
Advogado: Carlos Nicodemos Oliveira Silva – OAB/RJ n.º 75208  
Requerido: Ministério Público Federal  
Objeto: Ministério Público Federal. Descumprimento de norma prevista na Resolução nº 23/2007. Determinação para o imediato encaminhamento do PA – OUT – 1.00.000.004076/2021-9 ao Conselho Institucional do Ministério Público Federal.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Distrito Federal
- 52) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00147/2022-95  
Requerente: Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás  
Advogados: Frederico Manoel Sousa Alvares – OAB/GO n.º 51805; Augusto de Paiva Siqueira – OAB/GO n.º 51990; Analecia Hanel Rorato – OAB/GO n.º 58940  
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás  
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Recomendação n.º 2021007350580, expedida pela Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Cruz de Goiás, ao Prefeito Municipal de Palmelo/GO. Adoção de procedimento licitatório para contratação de serviços de assessorias jurídica e contábil para o exercício de 2022. Eventual improbidade administrativa por ocasião da contratação de escritório de advocacia. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Goiás

53) Conflito de Atribuições nº 1.00218/2022-40

Requerente: Procuradoria da República – Maranhão  
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Maranhão. Ministério Público do Estado do Maranhão. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.19.002.000142/2021-62. SIMP nº 001993-509/2021. Apuração de existência de bingos clandestinos. Município de Aldeias Altas/MA.  
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Origem: Maranhão

Incluído na Pauta da 7ª Sessão Ordinária de 2022 (10/05/2022)

54) Pedido de Providências nº 1.00272/2021-04

Requerente: Empresa Pedrosa Ltda  
Advogado: Felipe Varela Caon – OAB/SP nº 407.087  
Requerido: Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região – PE  
Interessados: Chafic Krauss Daher; Leonardo Osório Mendonça; Lorena Pessoa Bravo Marostica  
Objeto: Ministério Público do Trabalho no Estado de Pernambuco. Desrespeito à Lei Geral de Proteção de Dados. Inquérito Civil nº 003084.2020.06.000/8 e nº 003110.2020.06.000/9. Requisição de dados pessoais de funcionários e ex-funcionários da requerente. Ministério Público do Trabalho da 6ª Região. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Pernambuco

55) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00471/2021-13

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público Federal  
Advogados: Octavio Augusto da Silva Orzari – OAB/DF nº 32163; Vinicius Andre de Sousa – OAB/DF nº 60285; Pedro Machado de Almeida Castro – OAB/DF nº 26544; Bruno Henrique de Moura – OAB/DF nº 64376  
Objeto: Membro do Ministério Público Federal. Manifestação pública indevida. Utilização da rede social Twitter para proliferação de discurso de ódio, discriminação, xenofobia, expressões ofensivas em relação a Chefes de Estado, ao Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde e a colegas membros do Ministério Público. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP 1.00304/2020-37. Portaria GAB-CSK/CNMP Nº 3/2021.  
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho  
Origem: Distrito Federal

- 56) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01437/2021-93 (Recurso Interno)  
Recorrente: Coaracy Jose Oliveira da Fonseca  
Recorrido: Ministério Público do Estado de Alagoas  
Objeto: Ministério Público do Estado de Alagoas. Eleição para formação da lista tríplice para o cargo de Procurador-Geral de Justiça. Resolução CPJ nº 17/2021, que designou o pleito para janeiro de 2022. Alegação de irregularidades praticadas pelo atual Procurador-Geral de Justiça, em exercício de mandato remanescente. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Alagoas
- 57) Pedido de Providências nº 1.00037/2022-05  
Requerente: Isabella Regina Serra Brito Mesquita  
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás  
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Alegação de descumprimento de reserva de vagas a deficientes físicos, bem como aos requisitos de proporcionalidade e alternância na nomeação referente a concursos públicos realizados pelo Parquet estadual. Cumprimento da Resolução CNMP n.º 81/2012.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Goiás

Incluídos na Pauta da 8ª Sessão Ordinária de 2022 (24/05/2022)

- 58) Proposição nº 1.00511/2018-30 (Embargos de Declaração)  
Embargantes1: Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT  
Embargante2: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – AMPDFT  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Acrescenta o § 5º ao art. 1º, da Resolução CNMP nº 73/2011. Possibilidade do exercício das atividades de coaching e similares pelos membros do Ministério Público brasileiro.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Distrito Federal
- 59) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00961/2019-03  
Requerente: Coaracy José Oliveira da Fonseca  
Advogado: Leonardo Sales de Aguiar – OAB/PE n.º 24583  
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas  
Objeto: Ministério Público do Estado de Alagoas. Afastamento cautelar de membro. Declarações em entrevistas e redes sociais. Alegação de contrariedade a dispositivos legais e constitucionais. Violação à liberdade de expressão. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Pernambuco

- 60) Reclamação Disciplinar nº 1.00930/2020-79 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Cristiano Zanin Martins  
Embargado: Membro do Ministério Público Federal  
Advogados: Andre Fonseca Roller – OAB/DF n.º 20.742; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF n.º 20.800; Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Rio de Janeiro
- 61) Pedido de Providências nº 1.00128/2021-60  
Requerentes: Associação dos Servidores do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – ASMIP e OUTROS  
Advogado: Fabio Fontes Estillac Gomez – OAB/DF n.º 34.163  
Requerido: Conselho Nacional do Ministério Público  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Regulamentação. Exercício do poder de polícia institucional no âmbito do Ministério Público brasileiro. Disposição de atribuições funcionais dos agentes e inspetores de polícia do Ministério Público.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Distrito Federal
- 62) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00664/2021-00  
Requerente: Sigiloso  
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná  
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Desconstituição de ato administrativo. Irregularidades na transformação de 107 (cento e sete) cargos de provimento efetivo de diversos níveis em 150 (cento e cinquenta) cargos em comissão de Assistente de Promotoria. Ausência de prévio concurso para a remoção dos cargos vagos pelas aposentadorias e exonerações de diversos servidores efetivos.  
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Paraná
- 63) Conflito de Atribuições nº 1.00467/2022-90  
Requerente: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Requerido: Ministério Público Federal  
Interessado: 9ª Promotoria de Justiça Junto à Vara de Execução Penal  
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Procedimentos MPRJ nº 2022.00024451 e 2022.00024448. Atuação em processos de execução de Acordos de Não Persecução Penal – ANPP, homologados pelo juízo eleitoral. 204ª Promotoria Eleitoral. 9ª Promotoria de Justiça junto à Vara de Execução Penal.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Rio de Janeiro

- 64) Proposição nº 1.00477/2022-35  
Requerente: Rinaldo Reis Lima  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Recomendação aos ramos e às unidades do Ministério Público quanto à adoção de medidas que promovam a busca ativa escolar e a recomposição de aprendizagens, considerando os prejuízos advindos da pandemia da COVID-19, ao asseguramento do direito à educação de crianças e adolescentes, jovens e adultos.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Distrito Federal

Processos desta Sessão (14/06/2022)

- 65) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00408/2021-87  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requeridos: Membros do Ministério Público do Estado de São Paulo  
Advogados: Eduardo Pizarro Carnelos – OAB/SP n.º 78154; Roberto Soares Garcia – OAB/SP n.º 125605; Flavia Amarante Teixeira Duarte – OAB/SP n.º 434393  
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Membros do Ministério Público do Estado de São Paulo. Manifestação no bojo do Pedido de Providências nº 1.00675/2019-19. Possível manifestação difamatória e ofensiva em face de Conselheiros Nacionais do Ministério Público.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Distrito Federal
- 66) Reclamação Disciplinar nº 1.00673/2021-00 (Embargos de Declaração) (Processo Sigiloso)  
Embargante: Sigiloso  
Advogado: André de Almeida – OAB/SP n.º 164322  
Embargado: Membro do Ministério Público do Estado do Amazonas  
Advogado: Daniel Cardoso Gerhard – OAB/MG n.º 101473  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Amazonas.  
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa  
Origem: Amazonas
- 67) Reclamação Disciplinar nº 1.00722/2021-50 (Recurso Interno)  
Recorrente: Coaracy Jose Oliveira da Fonseca  
Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado de Alagoas  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado de Alagoas.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Alagoas

- 68) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00819/2021-27 (Recurso Interno)  
Recorrente: Clícia Pinto Martins  
Advogado: José Teles Bezerra Junior – OAB/CE nº 25.238  
Recorrido: Ministério Público do Estado de Rondônia  
Objeto: Ministério Público do Estado de Rondônia. Processo nº 19.25.110001050.0006250/2018-63/PGJ-RO. Recondução ao cargo de Promotora de Justiça. Indeferimento. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa  
Origem: Rondônia
- 69) Consulta nº 1.00953/2021-19  
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Cumprimento da Resolução nº 73/2011 – CNMP. Exercício de magistério por membros do Ministério Público. Realização avulsa, remunerada e desvinculada de entidade de ensino e de projeto pedagógico, de treinamentos, cursos, palestras e instruções.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Distrito Federal
- 70) Pedido de Providências nº 1.01076/2021-76 (Recurso Interno)  
Recorrente: Sigiloso  
Recorrido: Procuradoria da República – Maranhão  
Interessado: Membro do Ministério Público Federal no Estado do Maranhão  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Maranhão. Atuação. Promoção de arquivamento Notícia de Fato nº 1.19.000.001154/2021-24. Apuração e contratação irregular de empresa especializada em fornecimento de sistema de ponto eletrônico para a residência médica e multiprofissional. Falta de urbanidade pelo membro do Ministério Público Federal no Estado do Maranhão.  
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa  
Origem: Maranhão
- 71) Pedido de Providências nº 1.01139/2021-94 (Recurso Interno)  
Recorrente: Sayonara Freire de Andrade  
Recorrido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Interessado: Westei Conde Y Martin Junior  
Advogado: Leonardo Sales de Aguiar – OAB/PE nº 24583  
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Solicitação de informações perante a 7ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital – Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. Alegação de ausência de atendimento por parte do Parquet estadual. Alegação de omissão quanto à informação constante no bojo do Pedido de Providências nº 1.00163/2021-70.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Pernambuco

- 72) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.01204/2021-18 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Marcio Luis Chila Freyesleben  
Advogado: Luis Carlos Parreiras Abritta – OAB/MG n.º 58.400  
Embargado: Conselho Nacional do Ministério Público  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Violação das vedações contidas nos arts. 128, §5º, II, e 129, IX, da CF; art. 44, IV, da Lei 8.625/93 e art. 111, IV, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00746/2020-74. Portaria CNMP CONS/GAB/CMW Nº 01/2021.  
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Distrito Federal
- 73) Reclamação Disciplinar nº 1.01279/2021-08 (Embargos de Declaração) (Processo Sigiloso)  
Embargante: Sigiloso  
Embargado: Membro do Ministério Público Federal  
Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF n.º 20.800; Andre Fonseca Roller – OAB/DF n.º 20.742  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Distrito Federal
- 74) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01355/2021-30 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Edmar Augusto Gomes  
Embargados: Aliança Nacional LGBTI; Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros; Caio Cesar Klein; Chimelly Louise de Resenes Marcon; Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual e de Gênero – GADVS; Luciene Angelica Mendes; Ludmila Reis Brito Lopes  
Interessado: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Revisão do arquivamento da Notícia de Fato n.º 618/2021-CGMP (SEI n.º 19.16.3830.0067091/2021-80), com tramitação perante a Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Manifestação supostamente discriminatória contra a comunidade LGBTQIA+.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Minas Gerais
- 75) Pedido de Providências nº 1.00080/2022-52 (Recurso Interno)  
Recorrente: Lidio Soares Maciel  
Recorrido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Notícia de Fato em face da Companhia de Engenharia de Trânsito – CET de Santos/SP. Arquivamento.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: São Paulo

- 76) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00096/2022-29  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Advogados: Dayane Rabelo Queiroz – OAB/DF n.º 59118; Alexandre Vitorino Silva – OAB/DF n.º 15.774; Bruna Cabral Vilela – OAB/DF n.º 43447  
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Objeto: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.01201/2021/57. Publicação de postagens na rede social "Facebook".  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Distrito Federal
- 77) Consulta nº 1.00123/2022-81  
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Exercício de magistério pelos membros do Parquet. Contratação pela figura de microempreendedor individual (MEI). Resolução n.º 73/2011 – CNMP.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Rio Grande do Norte
- 78) Proposição nº 1.00138/2022-02  
Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Revogação do inciso V do artigo 1º da Resolução CNMP nº 208, de 13 de março de 2020, e restabelece o preenchimento e envio dos relatórios de inspeções de que trata Resolução CNMP nº 154, de 13 de dezembro de 2016.  
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa  
Origem: Distrito Federal
- 79) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00172/2022-50 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Brian Epstein Campos  
Embargado: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Reclamação Disciplinar n.º 1.00121/2021-84. Publicação na rede social "Instagram" de imagem de capa dos autos de Representação Eleitoral, em trâmite no Tribunal Regional Eleitoral sob sigilo de justiça. Envio de mensagem por meio do aplicativo "Whatsapp", onde o membro aparece empunhando arma de fogo em sua foto de perfil. Possível intimidação a advogado.  
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima  
Origem: Minas Gerais

- 80) Conflito de Atribuições nº 1.00188/2022-27  
Requerente: Procuradoria da República – São Paulo  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.34.001.001645/2022-30. Apuração de irregularidades para início das aulas presenciais na Fundação Getúlio Vargas (FGV). Suposto desacordo com o decreto estadual e contrato educacional firmado entre as partes. Pandemia COVID-19.  
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: São Paulo
- 81) Reclamação Disciplinar nº 1.00228/2022-95 (Recurso Interno)  
Recorrente: Clerines Claro da Rosa  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Santa Catarina
- 82) Conflito de Atribuições nº 1.00255/2022-68  
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Requerido: Ministério Público Federal  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato 38.0007.0000833/2021. Denúncia de eventuais crimes digitais, estelionato e crime contra o Sistema Financeiro Nacional, supostamente praticados pela empresa K1 Investimentos Ltda. Promessa de ganhos financeiros através do aplicativo "Telegram".  
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: São Paulo
- 83) Conflito de Atribuições nº 1.00290/2022-78  
Requerente: Procuradoria da República – Minas Gerais  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Minas Gerais. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.22.009.000096/2021-46. Apuração de suposto desvio de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, em tese praticado pelo então Prefeito de Sardoá/MG, em 2016.  
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Minas Gerais

- 84) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00302/2022-00  
Requerente: Nilo & Almeida Advogados Associados  
Advogado: Edvaldo Nilo de Almeida – OAB/DF n.º 29502  
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Interessados: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Diego Barroso Medeiros Pinheiro; Gleydson Antonio Pinheiro Alexandre; Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Distrito Federal  
Advogados: Bruna Regina da Silva Dada Esteves – OAB/DF n.º 42.981; Bruno Matias Lopes – OAB/DF n.º 31.490; Verena de Freitas Souza – OAB/DF n.º 32.753; Francimeire Hermosina de Brito – OAB/DF n.º 37576; Priscilla Lisboa Pereira – OAB/DF n.º 39915; Rafael Barbosa de Castilho – OAB/DF n.º 19.979; Charleston Tennessee dos Anjos Magalhães – OAB/DF n.º 38.900; Dayane Andrade Ricardo – OAB/DF n.º 30.444  
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Concorrência pública realizada pelo Município de Beberibe/CE, para contratação de serviços técnicos especializados de assessoramento tributário, visando demandas judiciais relacionadas a repasse de royalties de petróleo e/ou gás natural. Recomendação Ministerial Conjunta MPC/MPE n.º 01/2022. Pedido de anulação do certame e atos dele decorrentes.  
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Ceará
- 85) Pedido de Providências nº 1.00350/2022-25 (Recurso Interno)  
Recorrente: Danilo Antônio Amaral  
Recorrido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Promotoria de Justiça de Ibaté. Alegação de recusa em ser ouvido por representante ministerial.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: São Paulo
- 86) Notícia de Fato nº 1.00390/2022-03 (Recurso Interno)  
Recorrente: Clessio Alves Sousa  
Objeto: Notícia de Fato. Membros do Ministério Público do Estado da Bahia. Informa supostas irregularidades na atuação funcional.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Bahia
- 87) Reclamação Disciplinar nº 1.00399/2022-04 (Recurso Interno)  
Recorrente: Abel Medina Lourenço  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.  
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Origem: São Paulo

- 88) Pedido de Providências nº 1.00422/2022-34  
Requerente: Rainor Ido da Silva  
Advogado: Francisco Yukio Hayashi – OAB/SC n.º 038522  
Requerido: Conselho Nacional do Ministério Público  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Decisão. Determinação para o deferimento de pedido de cópias integrais do PCA CNMP nº 739/2021-80.  
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Distrito Federal
- 89) Conflito de Atribuições nº 1.00446/2022-48  
Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Sul  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Sul. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.29.007.000067/2022-24. Apuração da prática de crime de curandeirismo (art. 284, do CP). Município de Cachoeira do Sul/RS.  
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Origem: Rio Grande do Sul
- 90) Conflito de Atribuições nº 1.00450/2022-60  
Requerente: Ministério Público do Estado da Bahia  
Requeridos: Procuradoria da República – Bahia; Procuradoria da República no Município de Vitória da Conquista/BA  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 707.9.12583/2022. Notícia de Fato nº 1.14.007.000303/2021-54. Apuração de irregularidades na liberação de recursos pela Agência do Banco do Brasil, consistentes em fraudes em contratos. PRONAF. Município de Poções/BA.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Bahia
- 91) Avocação nº 1.00469/2022-06  
Requerente: Sindicato dos Delegados de Polícia Civil de Carreira do Estado do Piauí – SINDEPOL  
Advogado: Hilton Ulisses Fialho Rocha Junior – OAB/PI n.º 5.967  
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí  
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí  
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Pedido de avocação. Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2021. Portaria Nº 05/2021/CGMP/PI. Apuração de suposta prática de abuso de autoridade.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Piauí

- 92) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00475/2022-28  
Requerente: Andre Luis Alves de Melo  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Desconstituição de ato administrativo. Decisão negativa em relação à possibilidade de não aplicação de multa. Junta Recursal do Consumidor. Resolução PGJ nº 11/2011. Determinação para manutenção do arquivamento promovido pelo requerente.  
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro  
Origem: Minas Gerais
- 93) Pedido de Providências nº 1.00494/2022-63  
Requerente: Vivaldo da Costa Ramos Junior  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Inquérito Civil n.º 0134.21.000736-2. Denúncia de possível fraude em licitação. Alegação de ausência de providências por parte do Parquet estadual. Alegação de ameaça de morte em razão da denúncia. Pedido de retirada do nome de representante perante procedimentos extrajudiciais na Promotoria de Justiça de Caratinga.  
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves  
Origem: Minas Gerais
- 94) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00496/2022-70  
Requerentes: Bruno de Farias Teixeira; Comissão de Controle Administrativo e Financeiro  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Apuração de suposta irregularidade cometida no Pregão Eletrônico nº 3/2022. Desclassificação de diversos licitantes. Lance vencedor 240% superior. Informações colhidas no Procedimento Interno de Comissão CNMP nº 1.00353/2022-96.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Amapá
- 95) Conflito de Atribuições nº 1.00501/2022-27  
Requerente: Procuradoria da República – Bahia  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.14.012.000117/2022-27. Representação em face do Estado da Bahia (Secretaria de Saúde), objetivando compelir o ente público a fornecer a paciente o medicamento Xolair (Omalizumabe 150 mg).  
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos  
Origem: Bahia

- 96) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00507/2022-59  
Requerente: Helio Rubens Pinho Pereira  
Requeridos: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Pará  
Interessado: Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Pará  
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Processo Administrativo Disciplinar n.º 020/2021-CGMP/PA. Alegação de intimação irregular de testemunhas. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves  
Origem: Pará
- 97) Conflito de Atribuições nº 1.00508/2022-02  
Requerente: Ministério Público do Estado do Ceará  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuição. Autos n.º 0024448-60.2021.8.06.0001. Inquérito Policial instaurado para apuração de possível crime de estelionato. Vítima residente em Fernandópolis/SP. Depósito em conta bancária situada em agência de Fortaleza/CE.  
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa  
Origem: Ceará
- 98) Conflito de Atribuições nº 1.00524/2022-87  
Requerente: Procuradoria da República – Pará  
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Pará. Ministério Público do Estado do Pará. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.23.000.000761/2021-44. Apuração de possível prática de crime ambiental de transporte irregular de combustíveis (artigo 56, da Lei nº 9.605/98), diante de denúncia do transporte de recipientes de gasolina em ônibus no interior do Estado do Pará (Rodovia PA 483 Alça Viária), incorrendo em risco de explosão.  
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda  
Origem: Pará
- 99) Conflito de Atribuições nº 1.00525/2022-30  
Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Sul  
Requeridos: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Sul. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.29.003.000004/2022-16. Apuração de possíveis danos ambientais em decorrência de possível canalização irregular de esgoto cloacal, por meio de tubulações clandestinas. Empreendimento do Programa "Minha Casa, Minha Vida". Município de Novo Hamburgo/RS.  
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira  
Origem: Rio Grande do Sul

100) Conflito de Atribuições nº 1.00526/2022-94

Requerente: Procuradoria da República – Santa Catarina  
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição. Inquérito Civil nº 1.33.003.000204/2016-90. Notícia de Fato nº SIG 01.2016.00001510-0. Apuração de possíveis danos ambientais decorrentes da instalação de loteamento clandestino, situado em zona costeira no Município de Passo de Torres/SC.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Santa Catarina

101) Proposição nº 1.00535/2022-85

Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Alteração do § 1º, do art. 149, do RICNMP.  
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves  
Origem: Distrito Federal

102) Conflito de Atribuições nº 1.00540/2022-51

Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná  
Requerido: Procuradoria da República – Paraná  
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Ministério Público Federal no Estado do Paraná. Conflito negativo de atribuição. Protocolo nº 8237/2022. Procedimento Administrativo MPPR nº 0083.22.000165-1. Apuração de práticas delitivas na terra indígena localizada na cidade de Mangueirinha/PR.  
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves  
Origem: Paraná

103) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00541/2022-05

Requerente: Sílvia Leticia Bernardes Mariosi Amaral  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Interessado: Bernardo de Moura Lima Paiva Jeha  
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Remoção de Promotor de Justiça para a 1ª Promotoria de Comarca de Itaúna. Alegação de ilegalidades ocorridas na votação do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro  
Origem: Minas Gerais

104) Conflito de Atribuições nº 1.00544/2022-76

Requerente: Ministério Público do Estado da Bahia  
Requerido: Ministério Público Federal  
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuição. Procedimento IDEA nº 608.9.197403/2021. Apuração de suposto atraso na execução de obras de pavimentação de ruas do Loteamento Vicente Grilo/Moradas do Parque, na cidade de Jequié (BA), financiadas com recursos federais obtidos mediante convênio.  
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior  
Origem: Bahia

105) Conflito de Atribuições nº 1.00547/2022-37

Requerente: Procuradoria da República – Pernambuco  
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Pernambuco. Ministério Público do Estado de Pernambuco. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº JF/PE-0800725-90.2020.4.05.8305-INQ. Apuração de possível prática do crime de estelionato, consistente no recebimento indevido de benefício previdenciário (pensão por morte) por parte do indiciado. Comarca de Arcoverde/PE.  
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves  
Origem: Pernambuco

106) Conflito de Atribuições nº 1.00551/2022-50

Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Sul  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul  
Objeto: Ministério Público Federal no Rio Grande do Sul. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato n.º 1.29.023.000115/2021-03. Promotoria de Justiça de Torres/RS. Procuradoria da República em Capão da Canoa. Apuração de possível ilícito ambiental decorrente do funcionamento de atividade potencialmente poluidora e do lançamento de efluentes em rede pluvial em desacordo com a legislação ambiental, em Torres/RS.  
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz  
Origem: Rio Grande do Sul

**ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS**  
**Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público**